

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**TERMO DE CONTRATO N.º 488/2020 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CÂMBAGEM E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA OS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL.**

Termo de Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa **CR SERVICE E COMÉRCIO DE PRODUTOS E PEÇAS EM GERAL EIRELI – ME**, para Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia, alinhamento, balanceamento, cambagem e fornecimento de material para os veículos leves, médios e pesados da frota municipal, oriundo da Carta Convite n.º 041/2020 e do Processo de Compras n.º 3736/2020.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, nas dependências da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, compareceram entre si, justas e contratadas, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Sr. Adriano Dias Campos, e de outro lado a empresa **CR SERVICE E COMÉRCIO DE PRODUTOS E PEÇAS EM GERAL EIRELI – ME**, estabelecida na Avenida Prefeito Valdirio Prisco, nº 1640, bairro Jardim Pastoril, Ribeirão Pires – SP, CEP 09406-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.058.561/0001-47, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sr<sup>a</sup>. Tatiane Sossida Fernandes dos Santos, portadora da cédula de identidade RG nº 33.757.430-3 SSP-SP e devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 364.741.478-65, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinarem o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas da Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94, e as cláusulas a seguir estabelecidas.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Por força do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de borracharia, alinhamento, balanceamento, cambagem e fornecimento de material para os veículos leves, médios e pesados da frota municipal, conforme anexos I e II do edital, que fazem parte integrante deste Termo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

2.1. Com a execução dos serviços e fornecimento de material, objeto do presente Termo de Contrato, a CONTRATADA receberá o valor total de **R\$ 168.030,00** (cento e sessenta e oito mil e trinta reais).

2.2. O preço apresentado na proposta comercial deverá estar contemplado todos os custos diretos, indiretos e benefícios necessários à perfeita execução do objeto desta contratação.

2.3. As despesas com a contratação do presente Termo de Contrato será coberta com recursos classificados nas dotações orçamentárias sob n.º:

3.3.90.39.00 12.361.0049.2.057, 3.3.90.39.00 12.365.0051.2.066, 3.3.90.30.00 12.365.0048.2.046, 3.3.90.30.00 12.365.0048.2.043, 3.3.90.39.0008.122.0058.1.239, 3.3.90.30.00 08.122.0058.1.240, 3.3.90.30.00 08.122.240, 3.3.90.39.00 08.122.0058.1.239, 3.3.90.39.00 04.122.0009.2.109, 3.3.90.39.00 10.301.0053.2.294, 3.3.90.30.00 10.301.0053.2.301, 3.3.90.39.00 04.122.0016.1.178, 3.3.90.39.00 04.122.0016.2.178, 3.3.90.30.00 04.122.0016.1.178, 3.3.90.39.00 27.122.0070.2.071, 3.3.90.30.00 27.813.0070.2.071, 3.3.90.30.00 18.122.0035.2.191, 3.3.90.39.00 18.122.0035.2.286, 3.3.90.39.00 18.541.0035.2.095, 3.3.90.30.00 15.451.0019.2.189, 3.3.90.39.00 04.122.0024.2.183, 3.3.90.39.00 15.452.0020.2.183, 3.3.90.30.00 15.452.0020.2.183, 3.3.90.39.00 06.181.0005.2.002, 3.3.90.39.00 06.182.0093.2.085, 3.3.90.30.00 06.181.0005.2.002, 3.3.90.39.00 23.695.0031.2.085, 3.3.90.39.00 03.122.0008.2.0155, 3.3.90.39.00 06.182.0093.2.085, 3.3.90.39.00 06.181.0005.2.002, 3.3.90.30.00 06.182.0093.2.301, 3.3.90.39.00 04.122.0022.2.218, 3.3.90.39.00 04.122.0022.2.218.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. Para recebimento do pagamento pelos serviços prestados, a CONTRATADA emitirá as respectivas faturas, que serão atestadas pela CONTRATANTE.

3.2. A CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da apresentação da fatura para aceitá-la ou rejeitá-la.

3.2.1. A fatura não será aprovada, caso a CONTRATANTE constata divergência entre os serviços solicitados e serviços executados pela CONTRATADA.

3.2.2. A devolução da fatura não aprovada pela CONTRATANTE, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os serviços.

3.2.3. Considera-se para fins de pagamento, a data do recebimento da fatura devidamente corrigida.

3.5. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal.

3.6. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura que deverá ser retirado no setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

3.7. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste, o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

3.8. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação a Nota Fiscal Eletrônica – NFE, conforme determinação da SEFAZ (Secretaria da Fazenda Paulista), no que se refere à venda a órgãos públicos.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. A Vigência do presente Contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da Ordem de Início dos Serviços.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. A prestação dos serviços, objeto desta avença, será executado diretamente e sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vedada a contratação de terceiros sem a anuência da CONTRATANTE, por escrito.

5.2. A Prefeitura emitirá a “ordem de serviço”, sendo que a empresa CONTRATADA ficará obrigada a aceitar até 06 (seis) “ordens de serviço” simultâneas, que deverão ser atendidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.3. Os veículos municipais, não poderão aguardar a ordem de entrada juntamente com os veículos particulares, ou seja, deverão ter preferência no atendimento.

5.4. A CONTRATADA deverá possuir equipamentos e mão de obra especializada para todos os tipos de veículos que compõe a frota municipal.

5.5. A CONTRATADA deverá emitir relatório dos serviços prestados para efeito de pagamento.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

#### **6.1. DA CONTRATADA:**

6.1.1. A CONTRATADA é a responsável direta e exclusiva pelo serviço objeto deste Contrato. Consequentemente, responderá civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que na execução deles venha, direta ou indiretamente, provocar ou dar causa, tanto para a CONTRATANTE quanto a terceiros.

6.1.2. Não caberá em qualquer hipótese à CONTRATANTE, qualquer responsabilidade previdenciária ou de outra natureza, com relação aos empregados da CONTRATADA.

6.1.3. A CONTRATADA deverá designar um responsável que esteja apto a responder pela avença, bem como representá-la junto à CONTRATANTE durante toda a vigência da avença.

6.1.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de devolver todo e qualquer produto que não esteja de acordo com o especificado no Anexo I.

#### **6.2. DA CONTRATANTE:**

6.2.1. Aprovar a execução dos serviços;

6.2.2. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Terceira;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

6.2.3. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços;

6.2.4. Verificar e aprovar os serviços executados;

6.2.5. Providenciar a emissão das “ordens de serviços”, bem como das demais ordens de serviços específicas, que a critério da Fiscalização, sejam necessárias para o controle e início de etapas dos serviços pela CONTRATADA.

6.2.6. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato;

6.2.7. Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações dos usuários.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou à infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

7.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

7.1.2. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total e atualizado do contrato, por atraso na prestação de serviços objeto desta avença, até o 10º (décimo) dia corrido de atraso, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na cláusula 8.1.3 deste Termo.

7.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total e atualizado do contrato, em caso de atraso superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias corridos na prestação de serviços objeto desta avença, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na cláusula 8.1.5 deste Termo.

7.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou de disposição legal pertinente ao seu objeto, podendo, ainda, neste caso, ser rescindido o contrato na forma prevista pelos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 atualizada, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na cláusula 7.1.5 deste Termo.

7.1.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato no caso de inexecução total de seu objeto, o que ocorrerá na hipótese de atraso superior a 30 dias corridos na prestação de serviços objeto desta avença.

7.1.5.1. Considera-se também inexecução total do objeto do contrato a recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o presente Termo.

7.1.6. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

7.1.7. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

7.1.8. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

7.1.9. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, não eximindo, portanto, a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

### **CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1. Independentemente das penalidades estabelecidas na Cláusula Sétima, a CONTRATANTE poderá considerar rescindido este Contrato na ocorrência de quaisquer dos motivos previstos no art. 78, incisos I a XI, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, podendo a empresa ser declarada inidônea para licitar pelo período de 01 (um) ano.

8.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá rescindir o presente Contrato sem qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito à indenização, se esta:

8.2.1. Abandonar ou suspender a execução dos serviços, salvo por motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE;

8.2.2. Atingir um total de multas aplicadas que supere a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

8.2.3. Ceder ou transferir, no todo ou em parte a execução do presente Contrato a terceiros, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, por escrito;

8.2.4. Não acatar ordem da Secretaria de Administração e Modernização para execução de serviços, salvo se suas razões tenham sido prévia e devidamente aceitas;

8.2.5. Der causa à suspensão dos serviços, por determinação das autoridades competentes ou pela falta de cumprimento de prescrições e recomendações técnicas ou administrativas na execução dos serviços.

8.3. Ocorrendo qualquer dos motivos acima enumerados, poderá a CONTRATANTE, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial à CONTRATADA, tomar posse imediata dos serviços já realizados, não cabendo à CONTRATADA qualquer reclamação e/ou indenização.

8.4. Uma vez rescindido este contrato, poderá a CONTRATANTE entregar a conclusão dos serviços objeto do mesmo a quem lhe aprouver, não cabendo à CONTRATADA, direito a qualquer indenização por serviços não realizados, restando a CONTRATANTE as importâncias porventura devidas por serviços já realizados e ainda não pagos, para cobertura das multas, juros e demais encargos em aberto por ocasião de rescisão.

8.5. Não convindo a CONTRATANTE a rescisão do Contrato, poderá ela intervir nos serviços contratados, de maneira que melhor satisfaça a seus interesses, correndo por conta da CONTRATADA todos os custos decorrentes desta intervenção, até o limite do seu preço contratual.

8.6. Caso a CONTRATANTE não exerça o direito de rescindir o presente contrato, poderá ela, a seu exclusivo critério, sustar o pagamento de quaisquer faturas e/ou documentos de cobrança pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integralmente, a condição contratual infringida, ficando esta sujeita à importância das multas previstas neste contrato.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLAUSULA NONA – RENÚNCIA DE DIREITOS**

9.1. O não exercício por parte da CONTRATANTE de qualquer direito ou faculdade concedido no presente Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-los a qualquer tempo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – FORÇA MAIOR**

10.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. O Presente Termo de Contrato, reger-se-á segundo as disposições contidas no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, pelo edital de Carta Convite n.º 041/2020 e pela proposta da CONTRATADA, inserta as fls. 269/272 do Processo de Compras n.º 3736/2020.

12.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se o direito de devolvê-la, considerando para fins de pagamento, a data do recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO**

12.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ribeirão Pires - SP, como o competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento contratual, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 13 DE OUTUBRO DE 2020.**

**ADRIANO DIAS CAMPOS**  
**Secretário de Administração**

**CR SERVICE E COMÉRCIO DE PRODUTOS E PEÇAS EM GERAL EIRELI – ME.**  
**Tatiane Sossida Fernandes dos Santos**  
**R.G. 33.757.430-3**

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
RG:

2) \_\_\_\_\_  
RG:

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADA: CR Service e Comércio de Produtos e Peças em Geral Eireli – ME

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 488/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia, alinhamento, balanceamento, cambagem e fornecimento de material para os veículos leves, médios e pesados da frota municipal.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (\*)\_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 13 de Outubro de 2020.**

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Adler Alfredo Jardim Teixeira

Cargo: Prefeito

CPF: 171.483.398-47

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Adriano Dias Campos  
Cargo: Secretário de Administração  
CPF: 080.168.818-31

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pela contratante:**

Nome: Adriano Dias Campos  
Cargo: Secretário de Administração  
CPF: 080.168.818-31

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **Pela contratada:**

Nome: Tatiane Sossida Fernandes dos Santos  
Cargo: Administradora  
CPF: 364.741.478-65

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Adriano Dias Campos  
Cargo: Secretário de Administração  
CPF: 080.168.818-31

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.